

# Aprovada reforma do Setor Comercial Sul

MARY LEAL

## Empreendimento Ilhas do Lago, do Consórcio Orla, gera discussão e é objeto de pedido de vistas no Conpresb

LUÍSA MEDEIROS

O ano começou agitado, ontem, no Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb). Na pauta da primeira reunião de 2005, a apresentação do projeto de revitalização do Setor Comercial Sul e do relatório sobre o empreendimento Ilhas do Lago, do Consórcio Orla, às margens do Lago Paranoá. O primeiro item foi aprovado; o segundo, gerou uma discussão de quase quatro horas e resultou no pedido de vistas do processo pelo secretário da Coordenação das Administrações Regionais, Vatanábio Brandão.

Segundo o secretário, será aberto um inquérito para apurar supostas omissões de servidores do Governo do Distrito Federal (GDF) na aprovação do empreendimento.

O ânimo exaltado de alguns conselheiros foi devido à leitura do relatório de 23 páginas do relator Sérgio Paganini, presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte. Em síntese, o documento avalia que o Ilhas do Lago não apresenta indícios de empreendimento hoteleiro e, sim, de edificação residencial. Por conta disso, Paganini pediu a anulação do alvará de construção da obra, que está em fase de fundação.

A redação do relatório pelo Conpresb foi uma recomendação do Ministério Público do Distrito Federal e Território-

rios, que assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o consórcio formado pelas construtoras Paulo Octávio, JJPA e Conbral. Em dezembro do ano passado, o termo determinou 12 adequações no projeto original. O MPDFT deu prazo até amanhã para o conselho se manifestar sobre o caso. A determinação irritou Vatanábio Brandão, que informou que o "Conpresb é um órgão autônomo e que não precisa obedecer prazos do MPDFT".

O relatório questionou a análise da Administração de Brasília e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) quanto à aprovação do projeto, que está amparado pela Norma de Uso e Gabarito (NGB) 79/96.

Além disso, citou vários indícios de que o empreendimento não respeita o uso permitido na área. "Como a recepção de um apart-hotel fica no subsolo e por que existem três vagas na garagem para cada apartamento?", questiona, dizendo que a publicidade veiculada do Ilha do Lago incita à moradia.

As denúncias levantadas por Paganini sobre a conduta de servidores do governo fez com que o processo não fosse votado, ontem. Mas foi acor-

dado entre os conselheiros a rejeição ao empreendimento. "A rejeição ao projeto é senso comum, mas é preciso analisar as supostas omissões denunciadas no relatório", disse o secretário de Cultura, Pedro Bório.

Vatanábio Brandão vai avaliar o relatório e apresentará seu posicionamento na próxima reunião do conselho, em 10 de março. A presidente do Conpresb, Diana Motta, comunicará ao Ministério Público o pedido de vistas do

processo. Além disso, a secretária ficou encarregada de acionar a Procuradoria-Geral do DF para fazer esclarecimentos sobre a competência do conselho. "A imposição de prazos para o Conpresb parece uma aberração", de-

sabafa Bório.

De acordo com o arquiteto da Orla Empreendimentos, Ricardo Cerqueira, os ajustes ao projeto urbanístico estão sendo feitos paralelamente às obras, que aguardam o licenciamento ambiental. Ele afirma que o Ilha do Lago não é um residencial e, sim, um apart-hotel com propostas mais modernas. "A idéia é fazer um empreendimento para estadas de pelo menos seis meses", esclarece Cerqueira.

**"A rejeição ao projeto é senso comum, mas é preciso analisar as supostas omissões denunciadas"**

**Pedro Bório,**  
secretário de Cultura do  
Distrito Federal



Revitalização do SCS apresentada ao Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília